

AS QUESTÕES MACROECONÓMICAS ESSENCIAIS DO MODELO ESTRATÉGICO DE DESENVOLVIMENTO DE ANGOLA

(Reflexão económica para a Revista Académica do Centro de Estudos e Investigação Científica da Universidade Católica de Angola)

Alves da Rocha

1.- Introdução

O conflito militar dominou, por completo, os 27 anos seguintes à independência, ocorrida em 1975. A política económica e a gestão macroeconómica tiveram, sempre, como condicionante de primeira instância e determinante de última hora as necessidades financeiras e materiais da guerra. A excessiva vulnerabilidade da economia não mineral, a desproporcionada dependência da procura e do preço mundiais do petróleo e o sistema centralizado de organização económica ajudaram a criar uma situação de crise económica permanente, com consequências sociais marcantes, traduzidas por uma taxa geral de pobreza de 68,2%, uma inflação média entre 1991 e 2002 de mais de 600% ao ano, uma taxa de analfabetismo dos adultos de cerca de 58%, uma taxa actual de desemprego estimada entre 27% e 35%, uma esperança média de vida de 45 anos e um PNB médio por habitante entre 1990 e 2000 de não mais de \$350. Se forem adicionadas as enormes desigualdades de distribuição pessoal, funcional e espacial do rendimento nacional, fica-se com uma ideia aproximada do que as políticas públicas e as estratégias empresariais têm pela frente para reconstruir o país e transformá-lo numa das economias mais fortes e dinâmicas da África Austral.

A atmosfera de paz que perpassa por todas as classes sociais e cruza o território nacional é patente e, mais decisivo, irreversível. Existem elementos envolventes da ambiência económica e de negócios que se não forem estabilizados conferem aos contextos de determinação macroeconómica e empresarial um exagerado grau de incerteza, que se reflecte no risco das políticas públicas e nas decisões de investimento privado. Risco elevado normalmente significa desempenhos baixos e custos excessivos.

No caso de Angola, a guerra foi um dos elementos mais essenciais da incerteza económica, e que afectou particular e significativamente a economia não petrolífera. Removida esta perturbação política e anomalia social, o ambiente de negócios aparece mais tranquilo e propício à perspectivação do desenvolvimento económico. Esta constatação é indiscutível, restando, portanto e apenas, saber como maximizar a existência e utilização de um bem público como a paz.

Naturalmente que uma das vias é pô-lo ao serviço das populações através da obtenção de níveis de crescimento económico compatíveis com as necessidades de geração sustentável de empregos e rendimentos e de redução significativa da pobreza. Uma vez removida uma das mais significativas fontes de incerteza do investimento privado e das políticas públicas, parece que mais nada poderá obstar a que se retire da paz o máximo de resultados que a mesma pode dar à população. Porém, é ilusório e redutor ter da paz esta ideia tão voluntariosa, magnânima e abrangente quanto às suas consequências sobre a melhoria imediata e linear das condições de vida das populações.

Os processos de desenvolvimento económico são longos, sinuosos e feitos de avanços e recuos. Por isso a necessidade de sobre eles fazer incidir sistemas científicos e modernos de planeamento e gestão estratégica, que minimizem os passos à retaguarda e maximizem os avanços.

O actual modelo de desenvolvimento económico de Angola está esgotado. Um modelo principalmente dualista, que estabeleceu fronteiras claras entre uma economia de enclave – centrada nos mecanismos dos mercados internacionais, assente no dólar e obedecendo às lógicas neoliberais mais puras – e uma economia interna enfraquecida e desarticulada, sujeita à dialéctica das “sobras orçamentais” e das incertezas da guerra.

O modelo de desenvolvimento enclavista serviu excelentemente bem as necessidades da guerra, tendo, de resto, sido o seu quase único¹ financiador, directamente e indirectamente através das garantias reais que contrapesaram os empréstimos externos obtidos.

Devem ser três os aspectos em que a economia de enclave² tem de ser amplamente transformada:

- a renda mineira – petrolífera e diamantífera – tem de deixar de ser a dominante na economia nacional, o que passa por se encontrar uma estratégia de desenvolvimento que recupere todos os sectores da economia não mineral e lhes confira uma cidadania que foi perdida depois da independência³;
- a lógica de acumulação tem de passar a ser essencialmente endógena, como condição de servir o máximo de sectores e de agentes económicos. Insere-se claramente nesta observação a necessidade – dir-se-ia mesmo a urgência – de robustecer o sistema financeiro nacional para que os investimentos produtivos aumentem e o rendimento nacional se multiplique. Até hoje, as receitas de exportação dos produtos mineiros alimentaram os sistemas financeiros estrangeiros, quer do ponto de vista de depósitos, quer

¹ Evidentemente que esta afirmação só é aceitável do estrito ponto de vista financeiro, porquanto os exclusivos financiadores foram o esforço e o sacrifício da população, cujo custo de oportunidade se deve medir em termos de rendimentos não auferidos, empregos não conseguidos e condições de vida não alcançadas. A taxa de pobreza do país é uma medida bem aproximada deste custo de oportunidade. Por isso se dizia que se a paz tem alguma utilidade social ela deve traduzir-se em dividendos muito concretos para a população.

² Por definição as economias de enclave são economias rendeiras, ou seja, assentes na produção de uma renda oriunda da extracção e exportação em bruto dos recursos minerais. Os principais efeitos económicos e sociais deste tipo de exploração económica ocorrem no exterior, nas economias importadoras destes recursos não renováveis e mais desenvolvidas. A renda gerada acaba por ser apropriada, numa elevada percentagem, pelas classes sociais dos países de destino dos produtos. O diferencial da renda que fica no país de origem, normalmente, não é utilizado para fortalecer os sistemas económicos internos, sendo, pelo contrário, encaminhado para alimentar processos de constituição e enriquecimento duma burguesia nacional muitas vezes improdutivo. Como resultado final dum processo assintótico de distribuição de renda aparece a pobreza da generalidade da população. São já diversos e bem documentados os estudos empíricos e as fundamentações teóricas sobre as economias rendeiras e os processos ínvios de distribuição da respectiva renda. A identificação da chamada “doença holandesa” mais não é do que um desses resultados.

³ Ou seja, o modelo a aplicar tem de passar pela máxima integração interna da economia de enclave – densificação das relações intersectoriais, criação de empregos para os nacionais, desencadeamento de economias externas, incremento do valor acrescentado das exportações e conseqüentemente a sua diversificação estrutural, etc. – reconhecendo, embora, que os investimentos estrangeiros são fundamentais para se aproveitarem recursos que noutras circunstâncias poderiam ficar inactivos.

do ângulo de servirem de garantias reais para a contracção de financiamentos junto de instituições internacionais;

- a distribuição da renda mineira tem de obedecer a regras sociais e a critérios económicos transparentes, abolindo-se os códigos políticos que actualmente a regem.

Para se saber o que fazer da paz – não desperdiçando esta oportunidade de ouro de realizar alguns dos objectivos que comandaram a luta de libertação nacional, tais como a constituição duma Nação angolana e reconciliada, o acesso dos seus filhos ao máximo de benefícios dos recursos do país, a igualdade de oportunidades, etc. – não basta tê-la, sendo, igualmente, determinante, desenhar e assumir um modelo estratégico para a economia nacional.

Aparentemente o modelo de desenvolvimento estratégico mais adequado a uma situação com os contornos anteriores deve escolher o emprego como a variável central da política de reconstrução e crescimento económico e o “*trade off*” equidade-eficiência teria de ser, por intermédio de políticas apropriadas, resolvido em favor do seu primeiro termo. Só que a economia não mineral encontra-se polvilhada de ineficiências várias, que começam nos sectores públicos administrativo e empresarial e acabam nas empresas privadas. As reformas económicas e institucionais que deveriam suportar a passagem duma economia administrativa e centralizada para uma economia de mercado a partir de 1991, não foram feitas com consistência, como o provam a persistente inflação anual a três dígitos, a sistemática desvalorização da moeda nacional face ao dólar dos Estados Unidos e a dolarização da economia.

Dominada a guerra e afirmada a paz, as reformas de mercado terão, necessariamente, de se retomar e acentuar e a economia não mineral vai ter de se abrir ao capital externo e aos produtos estrangeiros. O exercício da política económica em Angola vai exigir domínio completo da Teoria Económica, apelar ao bom senso, impor rigor e disciplina, demandar por uma forte vontade política e inserir-se numa lógica estratégica de longo prazo, no contexto da qual os sacrifícios de hoje possam ter a expectativa de serem amanhã compensados.

As políticas orçamental e monetária dominarão, a partir deste momento – de grande e total desanuviamiento político, convivência democrática e debate de ideias - o quadro de referência para o crescimento económico futuro do país. Os pontos de partida para a reflexão são (parafreando Thomas Sargent⁴):

- Será que a esfera monetária prevalecerá sempre e em qualquer lugar sobre a esfera real da economia?
- Será que a política monetária será sempre e não importa onde apenas uma política de estabilização?

A dificuldade seguramente que se vai situar no seu doseamento e na sua articulação sinérgica.

2.- As condições da política monetária

No curto/médio prazo a não neutralidade da moeda, possivelmente devido à existência de fricções reais e nominais, implica que a política monetária tenha efeitos reais na economia em termos de estabilização dos agregados macroeconómicos, como o

⁴ O seu ponto de vista de raiz profundamente monetarista é expresso pela afirmação: “*Inflation is always and elsewhere a fiscal phenomenon*”.

emprego e a inflação. O comeditamento da taxa de inflação média da economia pode ser feito de duas formas distintas:

- Ou através de algum dos agregados monetários M1, M2 ou M3, deixando que a taxa de juro seja fixada pelos mecanismos do mercado (oferta e procura de dinheiro),
- Ou, então, por intermédio da administração da taxa de juro, de modo a compatibilizá-la com o controlo da inflação e a promoção do crescimento económico.

A forma teoricamente mais aceitável de criar moeda é pelas operações de “*open market*”, cujo objectivo é variar as ofertas relativas de moeda e títulos, fazendo, com isso, variar as taxas de juro. Uma “*open market*” de compra de obrigações aumenta o “*stock*” nominal de moeda e – para um nível dado e fixo dos preços – a sua quantidade real. Como consequência LM aumenta deslocando-se para a direita, arrastando neste movimento uma queda da taxa de juro e um aumento do rendimento nacional, através do incremento da demanda agregada.

Em Angola:

- não existe um mercado de títulos estabelecido e que possa ser usado como fonte alternativa de financiamento do investimento;
- a inflação ainda é alta e imprevisível no seu comportamento mensal;
- a política monetária está muito indexada à política orçamental, como resultado da não independência do Banco Nacional de Angola (BNA) e das interferências políticas sobre as duas políticas económicas.

É neste contexto que um incremento de M puro – através da criação de moeda – pode ser discutido como forma de baixar a taxa de juro e incrementar o investimento⁵. Porém, existem razões técnicas que o impedem:

- o Banco Nacional de Angola não consegue determinar com precisão (ou seja, não pode controlar a criação de moeda necessária para se baixar a taxa de juro para um determinado nível) a oferta monetária no dia a dia, porque existe um hiato na obtenção de informação sobre a execução monetária;
- o multiplicador monetário não é constante, variando de acordo com o comportamento dos rácios moeda/depósitos e reservas/depósitos.

⁵ A eficiência da política monetária pressupõe a imutabilidade de diversas funções, em particular a de investimento (macro-variável influenciada, no curto prazo, pela taxa de juro e no longo prazo pelas expectativas e antecipações dos empresários). O que significa que as antecipações por parte dos empresários não sofrem nenhuma perturbação em consequência da modificação da massa monetária. Esta assunção é importante, uma vez que se as expectativas se alteram, a eficiência marginal do capital baixa – como se sabe, este indicador está ligado aos rendimentos antecipados do investimento – e o investimento pode diminuir. Ainda que as taxas de juro baixem por aumento da oferta de moeda, tal poderá ser inócuo sobre o comportamento do investimento, o que equivale a admitir que nestas condições a política monetária não terá influência sobre o investimento. Mas a eficiência da política monetária supõe, igualmente, que a taxa de juro de partida não seja exageradamente baixa. Porque se o for, a preferência pela liquidez será máxima – a taxa de juro é a compensação pela renúncia a possuírem-se encaixes monetários e se não for suficientemente alta não compensará os riscos associados a possuírem-se liquidez imediata – caindo-se na armadilha da liquidez: qualquer suplemento de massa monetária será integralmente engolido pela preferência pela liquidez, não provocando nenhum impacto sobre o investimento.

Talvez devido a estas razões, esteja mais indicado o BNA controlar/administrar as taxas de juro numa forma directa, ajustando os agregados monetários.

3.- Política monetária versus política orçamental

A questão é complexa e embora o modelo Mundell-Fleming forneça algumas sugestões quanto à forma de as utilizar e dosear em economias abertas, algumas observações devem ser aduzidas para a economia angolana:

- (a) em primeiro lugar, tem de ser cuidadosamente verificado o **nível de rendimento de pleno emprego** da economia nacional. Não basta constatar-se que a agricultura e a indústria transformadora apresentam taxas de ociosidade elevadas (cerca de 40% para a primeira e mais de 65% para a segunda, nas estimativas apresentadas pelos empresários e respectivas associações), importando, pelo contrário, confrontar essa desocupação dos meios de produção existentes e instalados com a geração e capacidade tecnológica dos equipamentos⁶ e o seu estado de conservação, o nível de conhecimentos técnicos da mão-de-obra e o grau de organização das unidades de produção (a verificação concreta destes desfasamentos na realidade actual do sistema produtivo angolano introduz um elemento importante na análise das condições para uma recuperação rápida da produção interna, qual seja, o da economia ter atingido já o seu produto potencial no sector transformador não mineral, do que pode resultar um esgotamento do modelo tecnológico existente e, conseqüentemente, não estarem reunidas as condições estruturais para uma redução sustentável da inflação) . Sem conclusões fundamentadas sobre estas questões, uma política orçamental expansionista tendente a criar condições para a redução do desemprego, pode ser profundamente inflacionista, já que a situação de ociosidade produtiva, se ponderada pelos elementos referidos, pode corresponder a uma situação de pleno emprego ou próxima (falso pleno emprego se as causas de ociosidade dos factores de produção estiverem relacionadas com a falta de matérias primas e intermédias, as roturas permanentes no fornecimento de água e electricidade, carência ou dificuldade de acesso às cambiais, excesso de burocracia e corrupção, e outras de natureza semelhante);
- (b) em segundo lugar, tem de ser encontrada uma explicação convergente – uma espécie de “*consensus*” nacional - quanto às **verdadeiras causas da inflação** em Angola, sem o que a política económica poderá perder bastante da sua eficácia. Um pouco por influência das missões técnicas do FMI, a discussão costuma centrar-se no questionamento: é a inflação que acarreta um baixo crescimento económico, ou é este que provoca inflação pelo hiato negativo do produto? Para o FMI e decisores públicos angolanos

⁶ De acordo com o Plano Director de Reindustrialização de Angola do Ministério da Indústria (1995), cerca de 61% do equipamento industrial tinha, naquela data, entre 20 e 30 anos e 33% mais de 30 anos de vida útil e tão somente 6% com uma idade entre 10 e 20 anos. Estes valores correspondem a vários factos: desde logo – e como no texto se refere – a exaustão do modelo tecnológico existente e que conservou muitas das suas características coloniais; depois, o impressionante processo de desindustrialização a que o país foi submetido como resultado de políticas macroeconómicas desadequadas, da supremacia da economia enclavista e da apetência nacional pelas importações; finalmente, a falta duma visão estratégica para a indústria transformadora, que, felizmente, parece estar em vias de ser colmatada. Se forem acrescentadas informações sobre o péssimo estado de manutenção dos equipamentos – ainda segundo o Plano Director, 68% da capacidade tecnológica instalada apresentava condições de conservação inaceitáveis – conclui-se que a recuperação da produção interna tem de ser muito bem programada e sujeita a um processo de convergência estratégica com a agricultura, a energia e água, os transportes, as obras públicas e a valorização (formação e sobretudo reciclagem) da mão-de-obra industrial.

que partilham da sua doutrina, está suficientemente demonstrado que a principal causa da inflação no país está nos excessivos e persistentes défices orçamentais, que têm potenciado as influências negativas de outros factores inflacionistas como os choques de oferta, as desarticulações sectoriais e espaciais, a falta de circulação de mercadorias e factores de produção, a fraqueza do sistema financeiro, etc. Um aspecto relevante é o de que a inflação passada afecta significativamente o crescimento presente, não havendo indícios do contrário, isto é, de retroalimentação do crescimento passado sobre a inflação presente. Esta, de resto, a principal conclusão dum estudo elaborado por uma equipa técnica do Banco Mundial dirigida por Michael Bruno em 1994⁷: as taxas médias de crescimento do PIB por habitante declinaram ligeiramente à medida que as taxas anuais de inflação se movimentavam no intervalo 20%-25%; as taxas médias de crescimento declinaram abruptamente à medida que as taxas anuais de inflação se afastaram dos 25%, sendo os 40% o limite máximo para a inflação galopante e crescimento nulo ou negativo; finalmente, para taxas anuais de variação acumulada dos preços abaixo dos 20%, inflação e crescimento podem relacionar-se de forma positiva. A conclusão é óbvia: o controlo da inflação e a sua estabilização em limites estreitos é um objectivo estratégico da política económica, por dele depender o crescimento económico. Mas permanece uma dúvida relativamente à economia angolana: nas condições expostas na alínea anterior e numa situação de elevado desemprego, qual a taxa anual de inflação óptima para induzir/não conflitar com um elevado crescimento do produto médio por habitante?

- (c) Em terceiro lugar, é fundamental reflectir – para a delimitar – sobre a **extensão da zona de conflitualidade entre inflação e desemprego no curto/médio prazo**⁸. Embora se não conheça – nem provavelmente existam elementos para o seu cálculo, ainda que aproximado – a taxa natural de desemprego em Angola (a conhecida NAIRU⁹) considerações como as que se seguem têm de merecer atenção¹⁰:
- i. Qual o acréscimo de emprego possível com a reestruturação tecnológica da indústria transformadora e da agricultura, que vai ter, necessariamente, de acontecer?

⁷ Michael Bruno – A Inflação Trava Realmente o Crescimento Económico?, Finanças e Desenvolvimento, Setembro de 1995. Este estudo foi realizado sobre o comportamento da inflação e do crescimento económico em 127 países entre 1960 e 1992.

⁸ Esta conflitualidade poderá ser mitigada pela moderação salarial, que induzirá aumento na procura de mão-de-obra e manutenção dos custos unitários de produção.

⁹ Como se sabe, qualquer tentativa da política económica de reduzir a taxa de desemprego para além do seu limite natural através dum aumento da procura agregada, arrasta, necessariamente, mais inflação. Se o combate à inflação for feito através da redução da procura (défice orçamental nulo ou muito reduzido em relação ao PIB) ou da valorização cambial – a política que actualmente o Banco Nacional de Angola está a levar à prática neste domínio e que vai conduzir a um ainda mais expressivo aumento das importações – as consequências sobre a redução do desemprego poderão ser negativas. No primeiro caso, por intermédio duma redução geral da produção interna e no segundo, através duma diminuição da produção de bens transaccionáveis, que com a valorização da moeda se tornarão mais caros no mercado internacional.

¹⁰ Para determinados estudiosos da economia angolana este conflito não se coloca actualmente – provavelmente apenas no médio prazo, quando o Plano de Desenvolvimento de Médio Prazo 2005-2009 se tiver cumprido e tiver contribuído para o restabelecimento de determinados equilíbrios básicos - porque o produto real é praticamente igual ao produto potencial na maior parte dos sectores económicos, muito embora na agricultura seja mais difícil de sustentar semelhante afirmação. Havendo dúvidas se existe ou não capacidade de produção disponível e enquanto se não elaborarem estudos tendentes a dissipá-las, acaba por surgir uma zona relativamente cinzenta sobre a economia nacional que limita o conteúdo e o alcance das políticas de estabilização e crescimento económico e influencia a natureza do modelo de desenvolvimento. Voltarei mais adiante a esta questão.

- ii. Qual a diminuição de desemprego necessária para se ajustar a procura de mão-de-obra às reais condições de funcionamento do sector produtivo, ou seja, para se eliminarem as situações de sobre-emprego?
 - iii. Quais os níveis actuais de desemprego estrutural causados pelos estrangulamentos dos sectores produtivos – desarticulações sectoriais e peso nefasto da economia de enclave – e pela descapitalização técnica e profissional dos trabalhadores?
- (d) em quarto lugar, tem de necessariamente haver uma aproximação à **função de preferência colectiva**, de modo a estabelecer-se uma clara prioridade quanto a dois objectivos da política económica: inflação e desemprego¹¹. A qual destes objectivos as pessoas atribuem maior prioridade e utilidade, partindo da presunção de que os níveis hiperinflacionários de 1993 e 1995 deixaram de ter condições económicas e respaldo psicológico para se repetirem agora e no futuro mais confinante e admitindo o princípio de que é possível um forte crescimento económico real nos próximos 5 a 6 anos? Aparentemente, nem sequer existe uma **função de preferência estatal**, mas talvez várias funções, que, de resto, podem estar viciadas por vários factores: as diferentes correntes doutrinárias advogadas pelos decisores de política económica do Governo, as pressões internacionais no sentido duma aproximação ao modelo do FMI, a moda do liberalismo e da inevitabilidade da globalização, o afastamento dos reais problemas do país, o desconhecimento das verdadeiras causas das cousas, etc. Como é consabido, o Governo não tem uma única linha de pensamento económico – ou, querendo-se ser mais radical, nunca existiu uma reflexão séria, convergente e consistente sobre política económica, que servisse de referência para a actuação das estratégias ministeriais nos diferentes sectores da governação¹² - o que limita o alcance dum exercício reflexivo sobre o modelo estratégico para Angola. Seria, portanto, altamente desejável que os Ministros se pusessem de acordo quanto a determinadas prioridades económicas e sociais, e as respeitassem no exercício concreto da sua governação sectorial. Esta convergência permitiria uma aproximação a uma função de preferência estatal única e normativa. Se assim não puder ser fica a interrogação: qual a capacidade política para se impor e gerir uma preferência do tipo emprego>inflação (leia-se, emprego preferível à desinflação, num sentido estrito e fundamentalista) no curto/médio prazo, já que os problemas de inflação e de exclusão social são presenciáveis? Uma preferência estatal pelo combate contra a inflação elege a política monetária (desindexada da política orçamental), enquanto que pela erradicação da pobreza escolhe a política orçamental;
- (e) em quinto lugar, é preciso conhecer-se e avaliar-se a **margem de actuação sobre a redução da inflação duma política orçamental de rigor**¹³. Política de rigor orçamental sem redução – antes reordenamento e

¹¹ Os resultados do processo metodológico – em particular a análise SWOT - utilizado para se estabelecerem os cenários e para se elaborar a estratégia de longo prazo, são, concerteza, um “input” importante para a aproximação a uma função de utilidade colectiva e que ficaria como um marco da análise macroeconómica em Angola.

¹² Duma maneira geral os Ministros nunca entenderam a verdadeira função da política macroeconómica, o que os levou a actuar sempre na presunção de que os problemas dos seus sectores eram os mais importantes, sendo imprestável uma visão abrangente do sistema económico.

¹³ Uma política orçamental fortemente restritiva pode ser benéfica para a inflação, mas concerteza que é maléfica para o crescimento económico – o que Angola mais precisa nos próximos 25 anos para reduzir

recomposição – de determinadas despesas públicas de efeitos económicos concretos (ponderadas que sejam as eventuais situações de (falso) pleno emprego) e de consequências claras de inclusão social, é tributária do incremento da produtividade administrativa, da qualidade dos investimentos públicos¹⁴, da reforma tributária e da fiscalização das obras públicas¹⁵, nada que não possa ser realizado com vontade política e seriedade de governação. É conveniente evitarem-se as opções de política orçamental mais fáceis, como o são as que redundam em cortes, mais ou menos arbitrários e indiscriminados, nas despesas públicas: a redução do número de funcionários públicos, desde sempre e enfaticamente recomendada pelo FMI, é uma delas¹⁶;

- (f) em sexto lugar, a questão das **expectativas dos agentes económicos**¹⁷. Será mesmo verdade que uma política monetária que faça baixar a taxa de juro (LM2>LM1 por emissão monetária, redução da taxa de desconto do Banco Central, compra de títulos no mercado de capitais, alteração dos limites de crédito à economia, modificação do volume de depósitos obrigatórios junto da autoridade monetária central, etc.) induzirá, mais ou menos imediatamente, um incremento no investimento produtivo? Se as expectativas dos agentes económicos forem, sobretudo, de desconfiança na governabilidade, na transparência na actuação do Governo, na política económica geral e no modelo de desenvolvimento – ainda que positivamente mitigadas pelo ambiente de paz – a baixa da taxa de juro poderá ser benéfica sobre a inflação, mas provavelmente não influenciará de maneira significativa o investimento privado nacional;
- (g) em último lugar, **o papel dos sindicatos, da concertação social e a natureza do mercado de trabalho** em Angola. A comparação entre os níveis de salários e de produtividade na economia não mineral – atendendo às condições vigentes em termos de qualificação e especialização da mão-de-obra nacional – leva à conclusão de que a inflação pelos custos de produção pode ser significativa. De resto, a fixação do salário mínimo nacional num montante em kwanzas equivalente a \$50 dólares americanos – valor muito baixo com referência às carências dos agregados familiares e ao nível geral de preços – foi definitivamente condicionada pelos valores da produtividade aparente do trabalho. Por isso e atendendo também aos índices estimados de desemprego, a pressão sindical sobre os salários nominais ou monetários tem sido reduzida. As excepções referem-se, justamente, a mercados de trabalho mais especializados – professores,

substantialmente o atraso que 27 anos de guerra impuseram. Neste contexto, **uma política orçamental de rigor, nos termos definidos no texto, pode ser um ótimo de segundo grau.**

¹⁴ Dependente da aplicação e aceitação de metodologias de validação do seu interesse económico e da sua utilidade social, o que significaria o abandono de projectos públicos de prestígio político.

¹⁵ A degradação prematura das obras públicas coloca um problema complexo para o modelo de financiamento da economia. A corrupção e o laxismo na fiscalização contribuem para que uma obra de infraestrutura cuja vida económica deveria ser de 30 anos, dure apenas 4 ou 5 anos. A taxa social de desconto a ser utilizada na avaliação económica dos empreendimentos públicos tem de ser muito mais alta do que em condições normais, com duas consequências concretas: rejeição de muitos projectos e penalização das condições de vida da população. Por outro lado, a curta vida útil das obras públicas aumenta a sua taxa de amortização e incrementa o volume global dos investimentos públicos, que pode ultrapassar a correspondente capacidade de financiamento.

¹⁶ De resto, esta instituição ainda não conseguiu provar como é que se organiza administrativamente e com eficiência uma país de 1250000 quilómetros quadrados com um quantitativo de funcionários civis de cerca de 200000, qualquer coisa como 1,497 funcionários por cada 100000 habitantes (a relação em Portugal é de 5).

¹⁷ Ver nota de rodapé nº 5.

docentes universitários, enfermeiros, médicos, etc.¹⁸ – onde a penúria de mão-de-obra é maior. Daí, justamente, a problemática da natureza do mercado de trabalho. Em Angola coexistem diferentes mercados de trabalho, segmentados e não concorrenciais entre si, podendo, ao mesmo tempo, verificar-se desemprego em certas categorias profissionais e penúria noutras, havendo, por conseguinte, que fomentar-se a mobilidade geográfica e profissional da mão-de-obra. A primeira só será possível se as desigualdades regionais forem amplamente mitigadas – o que se prende com a natureza do modelo de desenvolvimento – enquanto que a segunda depende de programas bem concebidos e ajustados às necessidades de reciclagem e reajustamento de conhecimentos, alguns dos quais em curso de execução pelo MAPESS, mas sem resultados expressivos, dada a prevalência da situação de crise na economia não mineral.

As reflexões anteriores encaixam-se na problemática mais geral dos preços de equilíbrio da economia angolana, particularmente dos chamados macro-preços:

- como determinar a taxa de câmbio de equilíbrio? Pelo simples equilíbrio entre a oferta e a procura de divisas, sendo para isso suficiente a actual política cambial do Banco Central que tem procurado segurar o valor da moeda nacional através de intervenções no mercado de divisas, conseguindo assim retomar o seu comando e controlo? Ou será suficiente proceder a cálculos sobre a paridade dos poderes de compra internacionais, mormente o relativo ao dólar americano? Ou ter-se-á que ir mais fundo e analisar esta questão à luz do equilíbrio da Balança de Transacções Correntes, colocando-se, em continuidade, o problema das reservas líquidas sobre o exterior e a “*ratio*” quanto o número médio de meses de importação, problemáticas que se entrecruzam com o modelo estratégico de desenvolvimento, já que se centrado na substituição de importações, o “*stock*” líquido de activos externos necessário para manter os mesmos meses de importação diminui, o que – se necessário – pode tornar a política cambial mais activa e interventora;
- o salário é outro dos macro-preços/problema em Angola: como é consabido, os seus actuais níveis médios são significativamente baixos face a uma ainda persistente e alta inflação e às efectivas necessidades básicas da população. De resto, um salário mínimo nacional equivalente a \$50 dólares americanos mensais expressa bem tratar-se, por enquanto, duma área-problema das mais complicadas para o estabelecimento dos equilíbrios macroeconómicos fundamentais, assim como traduz uma outra debilidade económica essencial e que é a produtividade¹⁹;
- os preços dos bens e serviços condensados nos índices de preços ao produtor e consumidor são outra matéria de relevo, directamente relacionada com a **taxa de inflação óptima**: qual o seu nível adequado

¹⁸ As greves, quase intermináveis, dos docentes universitários e dos professores primários, atestam a capacidade de contestação e de reivindicação de duas classes profissionais em cujo mercado de trabalho a procura suplanta a oferta.

¹⁹ Acreditando nas condições de equilíbrio e de maximização do lucro estatuídas pela Teoria Económica, um salário mínimo equivalente a \$600 dólares americanos anuais e uma capacidade técnica e profissional média dos trabalhadores bastante baixa, dão bem conta de que a produtividade média da economia nacional deve ser muito baixa, incompatível com a concorrência externa, no mercado interno e no mercado mundial. Claro que e uma vez mais a grande excepção é dada pela economia mineral.

para, simultaneamente, se promover o crescimento económico e se gerir a estabilidade dos preços²⁰?

- Finalmente, a taxa de juro de equilíbrio: a que balanceia procura e oferta de moeda – reduzindo-se o problema à esfera monetária da economia – ou mais fundamental, a que iguala as curvas IS e LM? Este equilíbrio é o que estabelece a taxa de juro óptima, que a um tempo promove o crescimento económico e garante a estabilidade dos preços. Sendo este o procedimento, como interceder em relação à economia angolana? Duas alternativas: o rendimento ou é ou não é de pleno emprego. Conforme mais atrás se frisou, persistem pontos de vista diversos. Contudo, se os actuais níveis de rendimento são de quase pleno emprego, então a taxa de desemprego existente é a taxa natural de desemprego da economia angolana, donde o “*trade-off*” desemprego/inflação se poder colocar de imediato. Se estas conclusões forem razoáveis, o modelo de desenvolvimento deverá, desde já, centrar-se na produtividade e só mais tarde no emprego. Centrando-se na produtividade, o produto potencial da economia aumenta, abrindo-se espaço à diminuição do desemprego, porque a taxa natural de desemprego baixa.

4.- Modelo de desenvolvimento

O actual modelo económico angolano encontra-se esgotado. Insistir nas mesmas formas de organização do sistema produtivo, financeiro e institucional seguramente que ensejará uma situação de bloqueio económico no crescimento dos outros sectores não minerais e prolongará a crise social actual. O modelo enclavista, que excelentemente serviu as necessidades da guerra e dos interesses económicos e políticos que se constituíram na sua órbita, não serve numa situação de paz.

Ao modelo económico centrado na exploração de recursos naturais não renováveis estão associadas diferentes insuficiências, que levam à conclusão do seu esgotamento:

- foi responsável pela incrível desigualdade na distribuição do rendimento: por cada \$100 dólares americanos dos 10% mais pobres, os 10% mais ricos desfrutam de \$4000 dólares americanos. Esta extraordinária desigualdade²¹ no acesso ao rendimento anualmente criado é um dos aspectos centrais dum modelo de desenvolvimento que tenha como principais preocupações tornar mais nacional o processo económico,

²⁰ Parece inquestionável que uma certa inflação estimula o crescimento económico – sobretudo para os países que mais dele carecem – sendo para isso suficiente e uma vez mais recuperar as conclusões de Michael Bruno mostradas na nota de rodapé 3, e acrescentar o actual pânico que grassa nos EUA relativamente aos claros sintomas de deflação, com consequências óbvias sobre as taxas de juro, que deixam de funcionar como sinalizadoras da procura de moeda, e os restantes instrumentos da política monetária, que pura e simplesmente se tornam ineficazes. Porém, o quanto de inflação varia de caso para caso, sendo, portanto, fundamental que este exercício se faça para a economia angolana.

²¹ Angola encontra-se entre os países mais desigualitários do mundo, segundo o índice de Gini. De resto, parece que a desigualdade de rendimento campeia em África, de tal modo que a Namíbia, o Botswana e a Swazilândia aparecem com o mais elevado valor para aquele coeficiente, sendo, por isso, os países mais desigualitários do mundo. A esta lista acrescenta-se o Brasil, a África do Sul, o Chile, o Zimbábwe, o Lesotho, a Zâmbia e os Estados Unidos da América. Do lado oposto, estão – e por esta ordem – a Noruega, a Suécia, a Bélgica, a Finlândia, a Dinamarca, o Japão, a República Checa, a Hungria e a Eslováquia.

garantir a reconciliação nacional²² e tornar socialmente efectiva a paz militar;

- contribuiu fortemente para o aumento e estruturalização da pobreza no país, em que 68,2% das pessoas são pobres e o rendimento médio anual por habitante não excedeu, nos últimos 10 anos, os 400 dólares americanos. Este aspecto, complementar do anterior e sinergeticamente amplificador das desigualdades na distribuição do rendimento, chama à coacção a questão do poder de compra nacional: o desenvolvimento económico para que promova a reconciliação nacional tem de se alicerçar num modelo que aumente o poder de compra nacional, das famílias e das empresas;
- não concorreu para a integração económica interna, deixando o resto da economia nacional ao sabor duma política económica desajustada e fortemente tributária das necessidades da guerra. Quando se discute a competitividade da economia angolana e se defende que deve ser essencialmente estrutural, para além de outros elementos e factores que a estruturalizem, está-se, igualmente, a discutir a integração económica interna, sem o que as externalidades e as economias de escala, que configuram custos baixos e internacionalmente comparáveis, não se constituem. Neste sentido pode afirmar-se que este modelo acabou por exercer uma influência perversa sobre a capacidade interna de transformação, jogando, portanto, um papel importante em relação à desindustrialização do país;
- não ajudou – e ainda não o faz – a constituição dum sistema financeiro nacional forte e organizado: a poupança nacional²³ tem de ser reordenada para o interior da economia, através duma política económica que torne atractivas as aplicações de capital nos sectores não mineiros, garanta a propriedade dos meios de produção e aumente o poder de compra nacional;
- contribuiu para o excessivo grau de abertura e de dependência da economia angolana: entre 1999 e 2002 as importações representaram, em média anual, 78% do Produto Interno Bruto, cifra que traduz bem a marginal contribuição da economia não mineral para a oferta interna de bens e serviços. Por outro lado, as exportações – de petróleo e diamantes – subtraíram, em média anual e para o mesmo período, praticamente 85% do PIB. O modelo rendeiro e enclavista angolano responde, assim, por um grau de exposição ao exterior de 163%, dos mais elevados do mundo, tornando a economia nacional completamente dependente dos mecanismos da oferta e da procura mundiais e dos movimentos cíclicos que caracterizam o funcionamento das grandes economias desenvolvidas e que comandam a economia mundial;
- não confluuiu para a composição dum verdadeiro e genuíno processo de acumulação, tendo, pelo contrário, facilitado um enriquecimento individual,

²²A reconciliação nacional tem uma base económica muito concreta: **trata-se de levar o desenvolvimento aonde nunca chegou**. O modelo enclavista exportou um desenvolvimento que por direito deveria ser distribuído pela maioria da população, sendo, de resto, essa uma das suas principais características. A reconciliação nacional é antes de mais um processo que visa tornar os cidadãos mais iguais entre si, de modo a sentirem-se parte dum mesmo território e a assumirem uma consciência de Nação. A lógica do modelo de renda mineira é absolutamente contrária a este espírito de construção e consolidação duma Nação, que por vicissitudes várias, ainda está por fazer. As insuficiências e perversidades deste modelo estão bem patentes na exclusão económica e social de extensas franjas da população de Cabinda e do Zaire e nas Lundas as leis reguladoras da extração de diamantes impedem os camponeses de aceder ao factor de produção básico para a sua actividade agrícola que é a terra.

²³ A detida por cidadãos angolanos fora do país e a gerada pelos sectores de enclave. Trata-se de toda a poupança anualmente gerada pelo sistema económico nacional.

individualista e restrito, baseado na distribuição, mais ou menos gratuita e sem critério, duma parte da renda petrolífera e diamantífera. As lógicas distributivas subjacentes ao modelo rendeiro e enclavista suplantaram as lógicas produtivistas, perspectiva que tem de ser profundamente alterada em favor duma maior extensificação da acumulação endógena;

- não auxiliou a endogenização da acumulação de capital e de conhecimentos.

Acrescente-se que o modelo seguido não trouxe consigo melhorias significativas para a estabilização macroeconómica, porque as lógicas de formação dos preços são distintas entre a economia rendeira e a economia não mineral. Consequentemente, a política económica não conseguiu resultados expressivos e definitivos quanto à estabilização dos preços²⁴.

Está-se, assim, numa nova encruzilhada em que o problema central de Angola é o de adoptar um novo modelo económico e social, que conduza à formação de vultosos excedentes, públicos e privados, que ajudem a ensejar uma alta taxa de crescimento do Produto Interno Bruto, desejavelmente da ordem dos 12% ao ano e durante um período razoável de tempo, e necessariamente não inferior aos 9%, de sorte a se poder iniciar, com efectividade, a correcção do perverso perfil social do país²⁵.

Os pontos de vista são naturalmente diversos, isto é, existem, concerteza, diferentes aproximações ao modelo de crescimento para o país. Provavelmente o único denominador comum é dado pela necessidade de se alterar o actual modelo, esgotado que se encontra, nos seus fundamentos e nos correspondentes resultados.

Num contexto mundial de estagnação económica, cuja recuperação parece poder acontecer de modo firme apenas a partir do final de 2004 início de 2005, a par da permanente crise cambial angolana, fazem com que os capitais estrangeiros disponíveis para serem aplicados em Angola sejam escassos, apesar de todas as aparentes manifestações de grande interesse pela economia nacional. Este facto torna

²⁴ Provavelmente um dos aspectos do grave problema cambial do país – ele próprio um factor fortemente desestabilizador dos mecanismos de formação interna dos preços da economia não mineral - decorre da circunstância de Angola necessitar, para saldar os seus défices em transacções correntes, de montantes anuais de cerca de 1,6 mil milhões de dólares de capitais estrangeiros e de quase 3 mil milhões de dólares anuais para rolar a sua dívida externa. Determinadas correntes de pensamento defendem que o alívio desta situação passa por uma clara aproximação ao FMI e ao Clube de Paris para reescalonamento da dívida externa e atracção de investimento directo estrangeiro – sublinhe-se, de novo, a posição contrária de prestigiados economistas africanos, como Adebayo Adedeji -, enquanto que outras acreditam que o fundamental está na adopção dum outro modelo de desenvolvimento, mais endógeno – isto é, concebido de dentro para fora e não absorvido apenas do exterior - e mais alicerçado nos verdadeiros problemas económicos e sociais internos (assimetrias sectoriais e espaciais, injustíssima distribuição do rendimento, desinfraestruturalização da economia, pobreza e exclusão social, falta de empreendedorismo, dimensão económica do mercado interno, tipo de unidades de produção, descapitalização de conhecimentos da força de trabalho, etc.).

²⁵ Entre 1963 e 1973 a economia angolana cresceu a taxas médias anuais a preços de 1963, entre 7% e 9%, com taxas de inflação da ordem dos 7,5% anuais. O crescimento da indústria transformadora registou taxas ainda mais expressivas de cerca de 15% ao ano. Quando se coloca a questão dum crescimento do PIB compatível com uma redução sustentável da pobreza é destas taxas que se está a falar. Mas também duma maior integração económica interna, entre os sectores – adensamento da malha de relações intersectoriais, aparecimento de economias externas e de escala – e entre as províncias, de maneira a tornar mais iguais os cidadãos e mais igualitárias as oportunidades de melhoria das suas condições de vida. Um modelo endógeno, concebido de dentro para fora, em que as aspirações mais profundas e genuínas da sociedade civil estejam garantidas e em que os recursos nacionais sirvam, em primeiro lugar, para gerar rendimentos e melhorar as condições de vida da população, tem de necessariamente ser diferente do actual.

mais premente a aplicação dum modelo de desenvolvimento que não tenha no investimento directo estrangeiro e na ajuda pública ao desenvolvimento as suas fontes determinantes de financiamento do crescimento e da modernização²⁶. Tem de ser um modelo em que as reformas modernizem a economia e lhe alarguem o seu espaço de mercado, mas que simultaneamente, reduza as desigualdades e a vulnerabilidade externa, de maneira a colocar a economia angolana numa trajectória de desenvolvimento sustentado.

Os pontos de partida para se encontrar um modelo diferente têm de, obviamente, ser encontrados na actual situação económica e social, basicamente assente em:

- situações de pobreza generalizadas, em que a extrema atinge franjas significativas da população e a exclusão social aflige importantes segmentos da juventude²⁷;
- situações de elevado e generalizado desemprego, mitigado em parte, nas suas consequências, pelo florescimento de economias paralelas nos mais diferentes domínios da actividade económica;
- situações de baixo desempenho económico dos sectores não minerais²⁸, explicadas pela ocorrência simultânea ou desfasada de vários factores, um dos quais a incerteza de que se falava anteriormente.

Sendo estes os pontos de partida e admitindo-se como invariantes a crescente integração da economia mundial – via processo único ou entremeada pela constituição de agrupamentos transitórios de integração económica regional, de que a União Europeia é o exemplo de maior sucesso e a ALCA em 2005 será o exemplo do maior e mais competitivo espaço económico mundial – a hegemonia da revolução das novas tecnologias da informação e da comunicação, o peso inevitável da economia imaterial sobre a economia material e a prevalência do capital humano e ambiental sobre as restantes formas de acumulação económica (tais como o capital físico e tecnológico, o capital privado e o capital público), o modelo estratégico para a economia angolana não pode ser outro senão o que se basear na tríade **EMPREGO-PRODUTIVIDADE-AMBIENTE**.

Compreendem-se, assim, melhor o alcance e a natureza das críticas ao “velho” modelo de desenvolvimento que o país tem aplicado desde a sua independência²⁹:

- é fundamental que a economia mineral seja mais nacionalista, do ponto de vista económico, mas sobretudo social. A única forma de o fazer é através da criação de emprego para os angolanos: directos, mas principalmente indirectos e induzidos pelo reinvestimento de uma parte substantiva dos

²⁶ A este propósito vale a pena citar a crítica do Professor Adebayo Adedeji, antigo director geral da Comissão Económica para África das Nações Unidas, ao “two gap model” consagrado na NEPAD como o modelo ideal de financiamento do desenvolvimento em África (New Agenda, 4th quarter 2002).

²⁷ Exclusão dos sistemas de ensino e formação, exclusão do sistema de prestação de cuidados primários de saúde, exclusão do mercado de emprego, etc.

²⁸ Ainda que seja discutível a existência ou não de capacidade ociosa – por obsolescência tecnológica, falta de manutenção e conservação dos equipamentos instalados, sobreemprego do factor trabalho, etc. – a economia não mineral sofre de uma generalizada falta de desempenho económico, reflectida no desequilíbrio preço-qualidade da maior parte dos produtos “made in Angola”.

²⁹ O sistema socialista implantado poderá eventualmente tê-lo sido do ponto de vista da tentativa de promover um maior acesso da população a determinadas situações de bem estar – distribuição de rendimentos – e de se organizar a economia produtiva em moldes mais colectivistas, mas seguramente menos eficientes do ponto de vista da alocação dos recursos e factores de produção. Claramente que nunca o foi em relação à economia petrolífera, que desde o início reivindicou o seu espaço concreto de actuação e a sua lógica própria de funcionamento.

lucros auferidos na economia rendeira em outros sectores de actividade, mais estruturantes. Deste ponto de vista estar-se-ia a enfatizar o primeiro termo da tríade anterior;

- mas é igualmente essencial que a economia mineral continue a participar na exploração dos recursos naturais, porque se reconhece que o seu desempenho económico e empresarial é elevado e internacionalmente comparável. Se a sua intervenção se estender a outros sectores de actividade, pode produzir-se um “efeito imitação/transferência de performance” essencial para se dar corpo ao segundo elemento do trinómio anterior;
- finalmente, o conflito geracional. Os recursos não renováveis só devem ser explorados numa lógica de sustentabilidade, com três leituras:
 - a degradação ambiental eventualmente associada à sua extracção – o que é evidente no caso dos diamantes – tem um custo de oportunidade elevado, a ser suportado por quem desenvolve a correspondente actividade empresarial;
 - os recursos financeiros gerados pelas actividades mineiras devem fazer parte dum Fundo Nacional de Desenvolvimento, destinado a financiar a constituição do capital humano nacional e a reconstrução das restantes actividades económicas em condições de elevada competitividade;
 - o balanço recursos-extracção tem de ser rigorosamente gerido em nome das gerações vindouras e no sentido de se extraírem as quantidades suficientes à satisfação de estratégias nacionais que defendam os interesses dos cidadãos angolanos e estejam atentas ao aparecimento de produtos alternativos.

Em termos muito genéricos, um modelo diferente de desenvolvimento – dentro dos parâmetros escalonados anteriormente – poderia assentar no princípio de se **gerarem mais receitas líquidas em divisas, mas com forte diminuição do grau de exposição ao exterior**. A articulação interna poderia ser do género:

- substituição de importações³⁰ e promoção de exportações da indústria ligeira numa lógica de fileira produtiva: aumento do valor acrescentado interno, densificação da malha de relações intersectoriais, incremento do emprego, acréscimo do poder de compra nacional³¹. O poder económico

³⁰ Deve começar a ter-se dum modelo de substituição de importações uma visão muito mais abrangente e, porventura, endógena. Não são apenas os produtos e serviços importados que devem ser substituídos por produção nacional. O modelo deve, do mesmo modo, procurar substituir conhecimento importado por produção nacional de conhecimento, para o que se impõem diferentes condições, como: universalização e qualificação do ensino primário; qualificação do ensino superior e universitário; difusão de Centros de Investigação Científica nas Universidades; garantia de um processo interactivo entre investigação fundamental, investigação aplicada e desenvolvimento experimental, as duas primeiras formas de pesquisa tipicamente localizadas nas Universidades e a terceira nas empresas; aceitação e reconhecimento, por parte do Governo, dos trabalhos de pesquisa realizados.

³¹ O modelo de substituição de importações liga-se à necessidade de se protegerem as indústrias nascentes (ou em processo de recuperação), um dos fortes argumentos da doutrina económica do protecçãoismo. A classe empresarial angolana está convencida de que a maneira mais eficaz de se proteger a indústria nacional é pela via da imposição de fortes taxas aduaneiras, pelo menos em relação a determinados produtos ou ramos de actividade. É uma visão, não só redutora, como facilitista. A protecção das indústrias nascentes ou renascentes pode ser feita por três formas: por **via aduaneira**, tornando as importações mais caras; por **via fiscal**, tornando as produções internas mais baratas; por **via estrutural**, aumentando-se a competitividade. A primeira, salvo raras excepções, está em franco desuso num contexto de crescente globalização e geralmente é portadora de ineficiências económicas, traduzidas nos desvios de consumo e nas distorções da produção. A segunda – a conhecida política do “*supply side economics*”-

nacional deveria constituir-se, fortalecer-se e expandir-se na base deste modelo, para que pudesse, depois, partilhar, em condições de maior igualdade de disputa da decisão económica e de distribuição de resultados económicos, com o capital estrangeiro. O período do primeiro Plano de Desenvolvimento de Médio Prazo pós-conflito 2004/2009 deveria, justamente, nuclearizar-se neste processo de criação dum mercado interno alargado, forte e de elevado valor de transformação endógena. Destacam-se os seguintes aproveitamentos integrados:

(a) gado bovino: abate e corte, corte e embalagem (para exportação), aproveitamento de subprodutos (farinha de carne, farinha de sangue, farinha de ossos, unhas e chifres, gorduras e sebos para a curtimenta), toda a gama de laticínios na qual Angola era completamente auto-suficiente, conservas de carne e enchidos, curtumes, calçado, liofilização, redes de frio e como actividades de integração horizontal e motivadas as rações alimentares, as embalagens metálicas, as embalagens de cartão, o arame liso, os adubos e os medicamentos;

(b) milho: cartão (a partir do caule), furfural (a partir da bandeira), antibióticos, gritz, amido, fuba, farinha, rações, óleo de gérmen e margarinas a partir do grão;

(c) mandioca: farinhas, amido, fuba, glicose, gomas e tapioca;

(d) laranja, papaia, caju e ananás: sumos, compotas, massas, rodelas, aguardente e fibras têxteis;

(e) palmeira de dendém: óleo de palma cru, refinado e hidrogenado, margarina, sabão, carburantes, tintas, vernizes e óleo de coconote;

(f) algodão: fios, tecidos, vestuário, tapetes, estofos, celulose a partir da pelugem, algodão hidrófilo, rações, óleo de semente de algodão para a indústria metalomecânica, alimentação e fabricação de sabão;

(g) espécies florestais: fósforos, pasta de papel, mobiliário, folheados, contraplacados, aglomerados de partículas, caixotaria, tacos e perfumes;

(h) cana do açúcar: aglomerados dos bagaços, aguardente, levedura, álcool etílico, rum, antibióticos e açúcar;

(i) pesca: peixe congelado e meia cura, farinha e óleo de peixe, conservas, latas e embalagens metálicas e rede de frio.

- diversificação das exportações numa lógica de “*cluster*”: redução/eliminação da exportação de matérias primas e produtos de base, aumento da autonomia do poder de decisão económica, acesso aos mercados internacionais e melhoria da competitividade. As condições fundamentais para que este processo resultasse deveriam ser constituídas durante 2004/2009, mas o essencial da sua estruturação acabaria por ocorrer a partir dessa data. Destacam-se o “*mega-cluster*” dos recursos minerais (diamantes, rochas ornamentais, rochas industriais, ferro, manganês e fosfato), o “*cluster*” do petróleo e gás (refinação, derivados e petroquímicos), o “*mega-cluster*” têxtil-vestuário-calçado e o “*mega-cluster*” turismo e lazer.

Um novo modelo de desenvolvimento que promova a integração económica nacional – sectorial e regional – garanta o acesso democrático aos resultados do crescimento e

é menos controversa do ponto de vista da Teoria Económica, podendo, inclusivamente, contemplar – em termos de mera reflexão teórica – as incidências dum “*feriado fiscal*” generalizado, embora limitado no tempo. A última é, concerteza, a forma mais sustentável de defender as indústrias nacionais, porque ataca alguns dos fundamentos das economias, como a qualificação dos recursos humanos, as infraestruturas físicas, a investigação & desenvolvimento, a organização institucional da sociedade e administrativa do Estado, o capital social, etc.

combata com eficácia a pobreza tem de, necessariamente e em paz, ser aplicado. A questão da pobreza é central, agora que a guerra deixou de consumir recursos e ceifar vidas e a paz permite que se recupere a dignidade e se pense o futuro em modalidades diferentes das que até aqui permitiram uma exagerada concentração numa riqueza à qual se teve acesso numa forma ilegítima. Não se pense que a pobreza tem uma solução rápida e fácil. Muitas vezes se tem apontado a Irlanda do Norte como um dos casos de maior sucesso do crescimento económico da União Europeia da moeda única e do pacto de estabilidade e crescimento (um autêntico “*case-study*” para o mundo). Só que se esconde que este país – apesar das profundas reformas económicas e estruturais efectuadas consideradas como fundamentais para a recuperação da sua economia – é o de maior taxa de pobreza da Europa dos 15. O que é que se passou então? Taxas de crescimento em torno dos 6-7% ao ano e durante já mais de uma década não foram, afinal, suficientes para que o crescimento se transformasse em desenvolvimento. Significa que o crescimento económico não é o factor decisivo para se combater a pobreza e reverter as situações de profunda exclusão social³². Ravi Kanbur³³ defende que o crescimento económico não é o factor mais importante do contexto político e económico de luta contra a pobreza, podendo mesmo, e em determinadas circunstâncias, agravá-la. Se o crescimento económico não for acompanhado de políticas normativas que melhorem drasticamente a distribuição do rendimento, não se transformará em desenvolvimento económico. Afirma mais que – e não deixa de ser preocupante esta conclusão – não existe, no actual estado da avaliação empírica do crescimento, nenhuma relação entre o crescimento do rendimento médio por habitante e a melhoria na distribuição do rendimento. De tal sorte que quando o crescimento for acompanhado por um aumento da desigualdade, o seu efeito líquido sobre a redução da pobreza já não é claro, podendo, mesmo, ser perverso. Chega-se assim a esta conclusão/interrogação: qual o melhor modelo de crescimento económico? O extensivo (utilização abundante do factor trabalho), o intensivo (utilização generalizada do factor capital/tecnologia), ou uma simbiose inteligente entre os dois? Deve acrescentar-se que independentemente da natureza intrínseca do modelo de crescimento, a intervenção do Estado, enquanto

³² O fenómeno social do desenvolvimento económico não acontece por obra do acaso. O crescimento económico, entendido como o aumento sistemático da quantidade de bens e serviços de ano para ano, tem condicionantes e causas diferentes das que proporcionam o desenvolvimento económico. De resto, as Contas Nacionais de Angola (publicação do Instituto Nacional de Estatística) registam um crescimento económico sistemático desde 1990 a esta parte – medido a preços constantes de 1992 –, exceptuando-se os terríveis anos de 1992, 1993 e 1994 em que se averbaram significativas taxas negativas de variação no PIB. Por exemplo: em 1997 o crescimento económico foi de 7,7%, em 2002 de 15,5% e em 2003 de 6,2%. Portanto, parece que deste ponto de vista não temos que nos queixar: entre 1996 e 2003 a quantidade de bens e serviços deve ter aumentado praticamente 56% segundo o INE. No entanto, olhando à nossa volta percebem-se situações de miséria, de fome, de pobreza (a respectiva taxa estimada em 2001 foi de 68,2%, havendo quem afirme que se agravou entretanto, até hoje), de injustiça e de desigualdade profunda na distribuição dos frutos daquele crescimento económico. Como diria o dramaturgo e poeta inglês William Shakespeare (1564-1616), “*há algo de podre no reino da Dinamarca*”, o que aplicado a Angola demonstra uma incapacidade – ou falta de vontade política - de se transformar o crescimento em desenvolvimento. Incapacidade que tem diferentes explicações, uma das quais **a falta de uma atitude para o desenvolvimento económico**. O desenvolvimento é antes de mais uma atitude: dos líderes e dirigentes políticos, dos empresários e trabalhadores, dos académicos e investigadores, dos chefes religiosos e dos cidadãos anónimos. Ou seja, enquanto os valores do desenvolvimento económico – organização, disciplina, rigor, respeito pelas instituições e pela lei, transparência, ética e moral – não estiverem interiorizados nos nossos comportamentos quotidianos, vai ser difícil dar o salto do crescimento para o desenvolvimento económico.

³³ Ravi Kanbur é economista e professor de Economia Internacional na Universidade de Cornell nos Estados Unidos da América e tem apresentado muitas conferências sobre os problemas da pobreza no mundo e em África e também sobre os objectivos do Milénio definidos pelas Nações Unidas. A alusão do texto refere-se a uma recente conferência pronunciada em Pretória com o título “*Growth, Inequality and Poverty: some hard questions*”, Março de 2004.

único agente com capacidade para implementar política redistributivas do rendimento nacional, é fundamental.

Para que o modelo de crescimento seja de pendor mais redistributivo, a actual preponderância dos sectores de enclave tem de ser revertida, em favor da agricultura, pecuária, pescas, indústria transformadora e produção de electricidade. O quadro prospectivo seguinte apresenta um cenário desejável de crescimento económico até 2007 e que pode ser possível se existir uma atitude favorável ao desenvolvimento.

CENÁRIO PROSPECTIVO DE CRESCIMENTO ECONÓMICO

(milhões de dólares americanos)

Sectores	2004	2005	2006	2007	Taxas médias crescimento(%)
Agricultura, Silvicultura e Pescas	1206,4	1279,1	1660,4	2225,4	22,6
Petróleo e refinados	6222,4	6139,6	7094,6	8602,4	11,4
Diamantes e outras extractivas	672,5	629,0	664,1	811,7	6,5
Industria Transformadora	685,7	716,3	966,0	1309,0	24,1
Electricidade	63,5	127,9	226,4	374,0	80,6
Obras Públicas e Construção	571,4	716,3	996,3	1234,3	29,3
Comércio, bancos e seguros	1930,2	1905,8	2052,9	2449,8	8,3
Outros	1346,1	1279,1	1434,0	1701,8	8,1
PIB	12698,2	12793,1	15094,7	18708,4	13,8
População	14796	15240	15697	16168	3,0
PIB/habitante (dólares)	858	839	962	1157	10,4

Poder-se-á criticar o cenário anterior de irrealizável, de tão elevadas serem taxas de crescimento consideradas, apelando a políticas bem diferentes das seguidas até hoje. A resposta, sem se pretender fugir à pertinência da crítica é: o cenário, então, expressa os desafios que se colocam ao país para pontapear o subdesenvolvimento para lá das suas fronteiras.

Luanda, 30 de Março de 2004

Alves da Rocha